



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA

MISSÃO TÉCNICA DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

NOTA DE IMPRENSA

01. Como é do conhecimento público em Setembro de 2009 o Governo de Angola e o Fundo Monetário Internacional chegaram a um acordo designado Stand By Agreement com vista a fazer face as dificuldades macroeconómicas originadas com a crise económica e financeira internacional cujas consequências para a economia angolana foram particularmente severas no ano de 2009.
02. De acordo com este Programa devem ser feitas avaliações da implementação do mesmo todos os trimestres. A 1ª avaliação referente ao último trimestre de 2009 foi feita em Março de 2010 e foi aprovada pelo board do FMI em Abril do corrente ano.
03. A avaliação do I e II trimestres de 2010 acaba de ser feita agora por esta missão técnica do FMI que está no nosso país desde o passado dia 28 de Julho.
04. Terminada a missão, é com satisfação que vos comunico que a mesma, tal como as outras, foi bastante positiva, no que se refere a implementação das políticas macroeconómicas do Executivo no primeiro semestre do corrente ano.
05. No que respeita aos critérios de desempenho do Acordo *Stand By* para os dois primeiros trimestres de 2010, foram excedidas as metas relativas às reservas internacionais líquidas, as metas relativas ao crédito interno líquido do BNA, as metas relativas ao crédito ao governo pelo sistema bancário e as metas relativas ao saldo fiscal não petrolífero.
06. Durante a missão, o Fundo foi informado do programa de regularização dos atrasados internos que está em execução, tendo manifestado a sua satisfação com o cronograma dos pagamentos em operacionalização.
07. A condução da política económica por parte do Executivo resultou na manutenção da estabilidade macroeconómica, afectada, como se sabe, pela crise dos mercados financeiros no terceiro trimestre de 2008.
08. A esse respeito, a normalização do mercado cambial e a consolidação das finanças públicas promovido pelo Executivo permitiram restabelecer a acumulação de reservas internacionais e, em simultâneo garantir a implementação de uma agenda de reformas estruturais, criando os alicerces

necessários para o prosseguimento das acções relativas ao relançamento da economia do País.

09. O Executivo está consciente dos riscos que se apresentam para a economia de Angola no actual cenário da economia mundial. Os profundos desajustes que deram origem à crise económica e financeira internacional foram atenuados nas principais economias do hemisfério norte. Contudo, esses mesmos desajustes agora se manifestam sob a forma de novos focos de crise, que perturbam a retoma da economia mundial.
10. Tendo em conta este facto, o Executivo está a por em prática uma política fiscal prudente, reflectida na revisão do OGE para 2010 e no estabelecimento de premissas rigorosas e cautelosas para a formulação do orçamento de 2011.
11. A reestruturação das finanças públicas do país tal como orientado por Sua Excelência o Presidente da República e Chefe do Executivo, implica tornar o Orçamento Geral do Estado no principal instrumento condutor da execução das políticas públicas.
12. Por esta razão, quer na elaboração da revisão do OGE 2010, como nos trabalhos de elaboração do Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, é notório o empenho do Executivo em assegurar o cumprimento escrupuloso dos princípios da transparência, da responsabilidade fiscal, da boa governação, do equilíbrio fiscal e da universalidade do Orçamento Geral do Estado.
13. O Executivo está também a dar passos importantes para a realização de uma Reforma Fiscal com a aprovação do Programa Executivo da Reforma Fiscal. Este programa tem como objectivo o aumento da base de contribuintes, a simplificação do sistema fiscal e a redução da dependência do Orçamento Geral do Estado das receitas petrolíferas.
14. Do mesmo modo, está-se a reforçar a gestão da dívida pública, tendo, a este respeito, o Executivo informado a missão do Fundo sobre a criação recentemente de uma Unidade Técnica de Gestão da Dívida Pública, que funcionará no Ministério das Finanças.
15. As reformas ora em execução também contemplam o aperfeiçoamento da gestão da liquidez da economia, de forma a melhor compatibilizar as políticas de emissão de dívida pública com as vendas de divisas em leilões promovidas regularmente pelo BNA.
16. Todo este esforço enquadra-se no reforço da coordenação das políticas monetária e fiscal, indispensável para a criação de um ambiente estável e propício para que o sector privado possa integrar-se no objectivo maior de diversificação da economia angolana, do aumento de empregos e por conseguinte do aumento dos rendimentos das famílias e do bem estar social dos angolanos.

17. Com base nestas considerações, esperamos ter, em 2010, um crescimento da economia real da ordem de 6%, contra os 2,4% verificados em 2009, e fortalecer os fundamentos para um crescimento sustentado da economia angolana nos próximos anos. Os segmentos em que se espera maior dinamismo são os da agricultura, da indústria transformadora, da energia e águas e da construção civil.

18. Com tudo isto, consideramos estar assegurado o cenário para a continuidade da implementação dos principais programas do Executivo, tais como o combate à fome e à pobreza, o desenvolvimento rural, o plano nacional de habitação e a diversificação da economia através do aumento da produção nacional e da substituição das importações e promoção das exportações .

Luanda, aos 6 de Agosto de 2010.